



Número: **0809121-69.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **08/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25118011	08/10/2019 13:47	Petição Inicial	Petição Inicial
25118751	08/10/2019 14:13	Petição	Petição
25119077	08/10/2019 14:13	INICIAL	Informações Prestadas
25119080	08/10/2019 14:13	PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA	Procuração
25119084	08/10/2019 14:13	RG E CPF FRENTE	Documento de Identificação
25119086	08/10/2019 14:13	RG VERSO	Documento de Identificação
25119087	08/10/2019 14:13	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
25119093	08/10/2019 14:13	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
25119096	08/10/2019 14:13	DECLARAÇÃO DO SAMU	Documento de Comprovação
25119549	08/10/2019 14:13	DOCUMENTAÇÃO MÉDICA	Documento de Comprovação
25119554	08/10/2019 14:13	LAUDO MÉDICO HOSPITAL DE TRAUMA	Documento de Comprovação
25119566	08/10/2019 14:13	NEGATIVA ADMINITRATIVA	Documento de Comprovação
25119578	08/10/2019 14:13	PRONTUÁRIO MÉDICO HOSPITAL DE TRAUMA	Documento de Comprovação
25119593	08/10/2019 14:15	Petição	Petição
25119596	08/10/2019 14:15	JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS	Outros Documentos
25119598	08/10/2019 14:15	GUIA DE CUSTAS	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
26250653	14/11/2019 21:02	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
26250660	14/11/2019 21:03	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
27130405	17/12/2019 13:24	Petição	Petição
27130414	17/12/2019 13:24	REITERAÇÃO DE PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA	Informações Prestadas

27130 416	17/12/2019 13:24	CTPS	Documento de Comprovação
27586 842	21/01/2020 14:03	Decisão	Decisão
27866 193	31/01/2020 11:52	Expediente	Expediente

SEGUE PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS



SEGUE PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
DISTRITAL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA-PB

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA, brasileira, solteira, dona de casa, portadora do RG nº. 3.106.789 SSP/PB, inscrita no CPF sob nº 059.225.564-60, residente e domiciliada na Rua do Carteiros, nº 280, Bairro das Indústrias, João Pessoa-PB, vem à presença de Vossa Excelência, por seus advogados abaixo assinados, com escritório profissional sito à Avenida Coremas, nº 172, bairro Centro, João Pessoa, CEP 58.013.430 no Estado da Paraíba, propor a presente...

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO - DPVAT

Em face da **BRADESCO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado com sede à Rua Josefa Taveira, nº 314, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58.055-000, inscrita no CNPJ sob nº 33.055.146/0001-93, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

1. PRELIMINARMENTE.

1.1 DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que seja deferido o benefício de Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, por não ter a Promovente condição de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, conforme declaração acostada à presente inicial.

1.2 DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

Insta ressaltar, que o foro competente para apreciar demandas cujo objeto, seja a cobrança do seguro DPVAT, deverá ser fixado segundo o livre

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

discernimento do Autor, conforme preconiza a Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

Súmula 540 – STJ: Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.

Sendo assim, fazendo uso da faculdade que lhe confere a Súmula retro mencionada, a Promovente **REQUER SEJA FIXADA A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA APRECIAR E JULGAR A PRESENTE DEMANDA.**

1.3 DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ

O artigo 7º da Lei 6.194/74 determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório ou as diferenças não pagas.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, inclui-se a Ré.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris.

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Civ. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

“SEGURO OBRIGATÓRIO – LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS – É da responsabilidade da seguradora o pagamento de indenização à, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas consequências danosas. A nova sistemática obriga indistintamente todas as seguradoras consorciadas, integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e da capitalização. TA-PR. Ac unânime da 2ª Câmara Cível de 06/03/1996 – Ap. 87.558-3 – Rel. Juiz Roberto Costa – “A Marítima” Cia de Seguros x Cleuza Mara de Carvalho).

Portanto, resta comprovada a legitimidade passiva da Ré devendo a mesma permanecer no polo passivo da demanda, vez que a legislação de regência é expressa nesse sentido.

1.4 DA DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

Tendo em vista que a Seguradora Promovida não costuma lançar propostas de acordos sem a prévia produção de prova pericial, nos termos do artigo 334, § 5º do Novo Código de Processo Civil, a Autora, desde já manifesta, pela natureza do litígio, não ter interesse na autocomposição, sendo oportuno retardar tal tentativa, por ocasião da instrução do processo.

2. DO ESCORÇO FÁTICO

No dia 26/01/2016, a autora conduzia a motocicleta de placa MOL-7051/PB pela Avenida Cajazeiras, no bairro das Indústrias, cidade de João Pessoa, quando ao passar por um “quebra-mola”, perdeu o controle do veículo, vindo a cair sobre o solo e, em decorrência do ocorrido, foi socorrida e encaminhada ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, nesta cidade, conforme narrado **na ocorrência policial anexa.**

Em decorrência do referido sinistro restou-lhe **FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO ESQUERDO, CID 10 S 52.5**, que lhe ocasionou seqüela definitiva consoante laudo médico emitido pelo Dr. José de Almeida Braga CRM – 2329/PB, e demais documentação probatória acostada aos autos.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Sendo assim, com respaldo na Lei nº. 11.482/2007, **a Promovente formulou o pedido administrativo sob o nº. 3190413943**, perante a Seguradora Promovida, no escopo de receber a indenização que lhe é devida por força do Seguro DPVAT.

Porém, em flagrante desrespeito aos parâmetros legais a serem observados para a graduação da invalidez sofrida e em total discrepância com a documentação hospitalar apresentada, este teve **o seu pleito INJUSTAMENTE NEGADO.**

Sendo assim, não resta outra alternativa a Demandante, senão recorrer à via Judicial para se ver socorrida em seu direito, vez que o procedimento adotado pela Seguradora através das vias administrativas, além de ser demasiadamente moroso, não se revela como o meio mais seguro de se receber integralmente a indenização, tendo em vista que são duvidosos os critérios utilizados para o referido pagamento, fundados na mera análise superficial da documentação enviada, sem que seja realizada nenhuma perícia, onde se possa atestar o grau de debilidade apresentada pelas vítimas de acidentes de trânsito.

Desta feita, constatado que a debilidade permanente ocorreu em decorrência do acidente de trânsito noticiado no Boletim de Ocorrência anexo, faz jus a Autora ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT em **montante a ser quantificado através de perícia judicial e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, devidamente atualizado a partir do evento danoso, acrescido de juros e correção monetária.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito da Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor que poderia ser recebido por esta em caso de invalidez permanente é de

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

100%, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) conforme determina a Lei nº 6.194/74.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Sendo que essa mesma lei prevê que a indenização seja paga de forma gradativa a repercussão da lesão em conformidade com artigo 3º §1º:

Art.3º

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Nesse caso é imprescindível que seja realizada Perícia Judicial, para adequar a invalidez da Promovente a tabela contida na Lei nº 6.194/74, para que o pagamento seja feito de forma correta e justa, em conformidade com artigo 464 do CPC, sendo essencial a designação de um especialista para uma melhor avaliação.

Sendo entendimento do Tribunal de Justiça do Ceará a necessidade da Perícia conforme ementa abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO. QUITAÇÃO. INTERESSE DE AGIR SUBSISTENTE. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADAÇÃO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL DESDE 1992. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. 1. A quitação do pagamento administrativo efetuado pela Seguradora não traduz renúncia, pelo beneficiário, da diferença entre o montante reputado devido e o recebido, subsistindo o interesse para ajuizar ação de cobrança de quantia complementar. 2. Em ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, é indispensável restar comprovado o grau da lesão para definição da quantia devida, visto que o pagamento proporcional ao dano pessoal provocado pelo acidente de trânsito é possível desde 1992, ante a alteração da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441, daquele ano. 3. Verificando o Tribunal de Justiça a necessidade de instrução processual para resolução da causa, é impossível o julgamento antecipado da apelação embasado na carência de prova, sob pena de cerceamento de defesa e violação ao princípio da bo fé objetiva. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida unicamente para firmar a convicção de que o pagamento do

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau de invalidez permanente, com subsequente cassação da sentença e determinação de envio dos fólios ao juízo singular para regular dilação probatória e prolação de novo decisório, prejudicados os demais pontos de insurreição. (TJCE, Ap. Cível. 2414-09.2010.8.06.0056, Rel. Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado 29/08/2011, Dje 06/09/2011).

Sendo assim, há valor a ser recebido pela Promovente, diante do pagamento a menor por parte da Seguradora.

3.1 DO DIREITO A ATUALIZAÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO

Ocorre, que desde a alteração da lei 6.194/74, promovida pela MP 340 de 29/12/2006, convertida na Lei 11.482/07 (alterando o teto de 40 salários mínimos para R\$ 13.500,00), não foram introduzidos mecanismos de correção do teto indenizatório. Reduzindo a capacidade indenizatória.

A ausência da correção do teto indenizatório implica na desvalorização do valor indenizatório.

Diante do exposto considerando a natureza eminentemente social do seguro DPVAT, tem-se como uma necessidade a respectiva atualização. O equilíbrio deve ser restabelecido.

Essa atualização faz-se necessária, visto que a mesma não importa em acréscimo no valor originário, atuando tão somente como mecanismo de compensação dos efeitos da inflação, impedindo, assim, a desvalorização do valor real da moeda. O valor da indenização deve ser atualizado desde a data do acidente até a data do recebimento, conforme entendimento do STJ em recurso repetitivo.

Destarte, a correção monetária é simples manutenção do valor da moeda, em face da incidência do tempo, evitando, desta forma, a sua desvalorização. Com isto não acarretará prejuízo ao segurado, bem como enriquecimento sem causa em favor da seguradora.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Neste sentido, cito a Decisão do STJ, julgada sob o rito de recurso repetitivo.

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. **RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

(STJ - REsp: 1483620 SC 2014/0245497-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 27/05/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/06/2015).

A correção é mecanismo de extrema importância e deve ser implementada. A ausência deste instrumento só beneficia a seguradora, e apesar de em alguns casos o valor ser pequeno, não deixa ainda assim de ser um direito do Beneficiário da Indenização.

4. DOS PEDIDOS

Diante todo o exposto requerer:

- a) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao Promovente, tendo em vista que não possui condições econômicas para

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;

- b) Requer que determine a citação da Demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- c) A procedência da ação, determinando que a parte Demandada efetue o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor correspondente a invalidez permanente no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido de juros e atualização monetária a contar da data do evento danoso;
- d) A produção de prova pericial para confirmação da debilidade permanente, observando para tanto o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita;
- e) A condenação da parte Promovida nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitradas por Vossa Excelência nos termos do artigo 85 do CPC;
- f) Seja fixada a competência territorial segundo os critérios estabelecidos pela Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça;
- g) A parte Promovente opta pela não realização de audiência de conciliação nos termos do artigo 319 inciso VII do CPC;

DAS PROVAS

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Protesta pela apresentação de todos os meios de provas em direito admitidos, além dos documentos acostados a essa Exordial, bem como e sobretudo, pela produção de prova pericial.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que
Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 07 de Outubro de 2019.

IRINA NUNES CABRAL DE PAULO
OAB/PB 12.554

ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO
OAB/PB 22.742

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcouthoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho
Advogados

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Josemilde Francisco da Silva,

representado (a) por seu representante legal _____

_____ brasileiro (a); estado civil: solteira; profissão: Dona

de casa; portador(a) do RG nº 3106789, inscrito (a) no CPF sob o

nº. 059.225.564-60, residente e domiciliado (a) à Rua dos Loureiros, 280, Bairro

dos Indústrias Cidade João Pessoa, UF PB.

OUTORGADO(S): OS ADVOGADOS **IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - OAB/PB 12.554**; e **ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO OAB-PB 22.742** com escritório estabelecido à Av. Coremas, nº. 172, bairro do Centro, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba - CEP 58.013-430.

FINALIDADE: Defender os direitos e interesses do (a) outorgante, nas causas administrativas e judiciais em que figura no pólo ativo ou passivo, em especial para representá-la junto a JUSTIÇA CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA.

PODERES: Amplos e ilimitados poderes, com a cláusula "AD JUDICIA", a fim de, em juízo ou fora dele, defender os direitos e interesses do (a) Outorgante, podendo, para tanto, formular pedidos, assinar petições e intimações, apresentar recursos nos Tribunais competentes e acompanhá-los até decisão final. Poderes especiais para peticionar junto a órgãos públicos, inclusive autarquias, empresas públicas e mistas, podendo, ainda, confessar, desistir, acordar, discordar, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação, levantar Alvará Judicial enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ficam os Outorgados autorizados, desde já, a proceder ao recebimento dos honorários profissionais na forma do artigo 22, § 4º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

João Pessoa-PB, 28 de março de 2019.

Josemilde Francisco da Silva
OUTORGANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 - João Pessoa/PB

Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400

E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho
Advogados

DECLARAÇÃO

Pelo Presente Instrumento Particular:
Joseneide Francisca da Silva, brasileiro (a); menor,
neste ato representado pelo seu representante (a) legal
_____, brasileiro (a); estado
civil: Solteira; profissão: Dona de Casa; inscrito (a) no CPF
nº 059.225.564-60, portador (a) da cédula de identidade nº 3106789,
residente e domiciliado (a) na Rua dos Artistas, nº 280, Bairro dos
cidade de João Pessoa UF PB. Industriais

Com fundamento no art. 1º da Lei nº 7.115/83, **declara** neste ato, sob sua
inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, **ser pobre na**
acepção jurídica do termo, enquadrando-se na concessão prevista na Lei nº
1.060/50 e posteriores alterações, pois a sua "situação econômica" não lhe
permite pagar as "custas" do processo e os "honorários de advogado" **sem**
prejuízo do sustento próprio ou da família.

João Pessoa-PB, 28 de Março de 2019.

Joseneide Francisca da Silva
DECLARANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

FILIAÇÃO José Francisco Cavalcante

Fátima da Silva Cavalcante

João Pessoa-PB.

21.06.1980

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. Nº 20576. fls. 239. liv. A-19

Cart. de João Pessoa-PB.

CPF

João Pessoa - PB

MARIA DO SOCOR ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

543527

REFERÊNCIA
FEV/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

FÁTIMA DA SILVA CAVALCANTE
RUA DOS CARTEIROS, 280 - INDUSTRIAS JOAO PESSOA PB
58083-110

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.033.225.0204.000	000	1	0	0	0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
Y18F096097	23/08/2018	EXT. CALC. LIGADO	INATIVO	INATIVO

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA
40	8	31		10/03/2019
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.				
JAN/2019	8	1	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
DEZ/2018	8	1	TURBIDEZ	268 268 268
NOV/2018	11		CLORO	268 268 268
OUT/2018	7	1	COL. TERMOT	0 0 0
SET/2018	8		COR	73 103 103
AGO/2018	10		COL. TOTAIS	268 268 268
MEDIA(M)	8		DADOS REFERENTES A: DEZ/2018	

DATA DA IMPRESSÃO: 11/02/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 07:52:37

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	8 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	8 M3	30,33
ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT. 09/2018 11/2018		13,67
JUROS DE MORA 09/2018 11/2018		6,57

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 23/02/2019

Total a Pagar:

R\$ 88,48

11
148,29
88,30
60,59





**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02968.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02968.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:04 horas do dia 15 de março de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Joseneide Francisca da Silva**, CPF nº 059.225.564-60, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Do Lar, filho(a) de Fatima da Silva Cavalcante e Jose Francisco Cavalcante, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 21/06/1980 (38 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua dos Carteiros, Nº 280, bairro Bairro das Indústrias, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98730-4638.

Dados do(s) Fatos:


Local: Avenida Cidade de Cajazeiras, Cidade Verde, João Pessoa/PB, bairro Bairro das Indústrias; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 26/01/19 21:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NO DIA 26/01/2019, POR VOLTA DAS 21:30, ESTAVA GUIANDO A MOTOCICLETA HONDA POP DE COR PRETA, PLACA MOL-7051/PB, CHASSI 9C2HB0210BR412823, REGISTRADA EM NOME DE JULIO FREIRE DO RAMO, NA AVENIDA CIDADE DE CAJAZEIRAS, BAIRRO DAS INDUSTRIAS, NESTA CAPITAL, QUANDO PASSOU POR UM QUEBRA MOLAS, PERDEU O CONTROLE DA MOTOCICLETA E CAIU NO CHÃO; QUE FOI SOCORRIDA POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU ATÉ O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA ONDE FOI ATENDIDA E DIAGNOSTICADA COM CID 52.5, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. JOSÉ ALMEIDA BRAGA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 15 de março de 2019.


JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA
Noticiante

Procedimento Policial: 02968.01.2019.1.00.401

1/1





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 901/094, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2332149, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA idade 38 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Queda de Moto)** no dia 26/01/2019, na Av. Cidade de Cajazeiras, Bairro: das Indústrias - João Pessoa - aproximadamente às 21:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

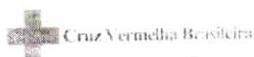
João Pessoa, 30 de Janeiro de 2019.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE/5ª Região: 10.171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



AV. ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNES: 2778696 - Tel.: 8332165700

Atestado Médico

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS, A PEDIDO, QUE O (A) SR.(A)

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

RG (IDENTIDADE)

3106789

FOI ATENDIDO (A) POR **CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA**

DO (A) **AREA VERDE ENF 36**

NO DIA **27/01/2019 11:14:56**, NECESSITANDO DE **60** - **SESSENTA**

DIA(S) DE REPOUSO, POR MOTIVO DE DOENÇA

CID: **S52.5 - Fratura da extremidade distal do rádio**

T14.9 - Traumatismo não especificado

S00.9 - Traumatismo superficial da cabeça, parte não especificada

OBSERVAÇÃO

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO MÉDICO ORTOPEDISTA
(carimbo obrigatório, com o nome completo e registro CRM/CRO)

NOTA - ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA FINALIDADES PREVISTAS
NO ART. 27 DO CLIPS, APROVADA PELO DECRETO N. 89.312 DE
23/01/84, E SERÁ EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 1 A 15 DIAS DE
AFASTAMENTO DO TRABALHO

CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 08/10/2019 14:13:50

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100814134931900000024299819>

Número do documento: 19100814134931900000024299819



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNES: 2778696 - Tel.: 8332165700

Atestado Médico

ATESTADO PARA OS DEVIDOS FINS, A PEDIDO, QUE O (A) SR.(A)

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

RG (IDENTIDADE)

3106789

FOI ATENDIDO (A) POR **CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA**

DO (A) **AREA VERDE ENF 36**

NO DIA **27/01/2019 11:14:56**, NECESSITANDO DE **60** - **SESSENTA**

DIA(S) DE REPOUSO, POR MOTIVO DE DOENÇA

CID: **S52.5 - Fratura da extremidade distal do rádio**

T14.9 - Traumatismo não especificado

S00.9 - Traumatismo superficial da cabeça, parte não especificada

OBSERVAÇÃO

ASSINATURA DO PACIENTE RESPONSÁVEL

LOCAL E DATA

(carimbo contendo nome completo e registro CRM/CRO)

NOTA - ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA FINALIDADES PREVISTAS
NO ART. 27 DE CLIPS, APROVADA PELO DECRETO N. 89.312 DE
23/01/84, E SERÁ EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 1 A 15 DIAS DE
AFASTAMENTO DO TRABALHO

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena



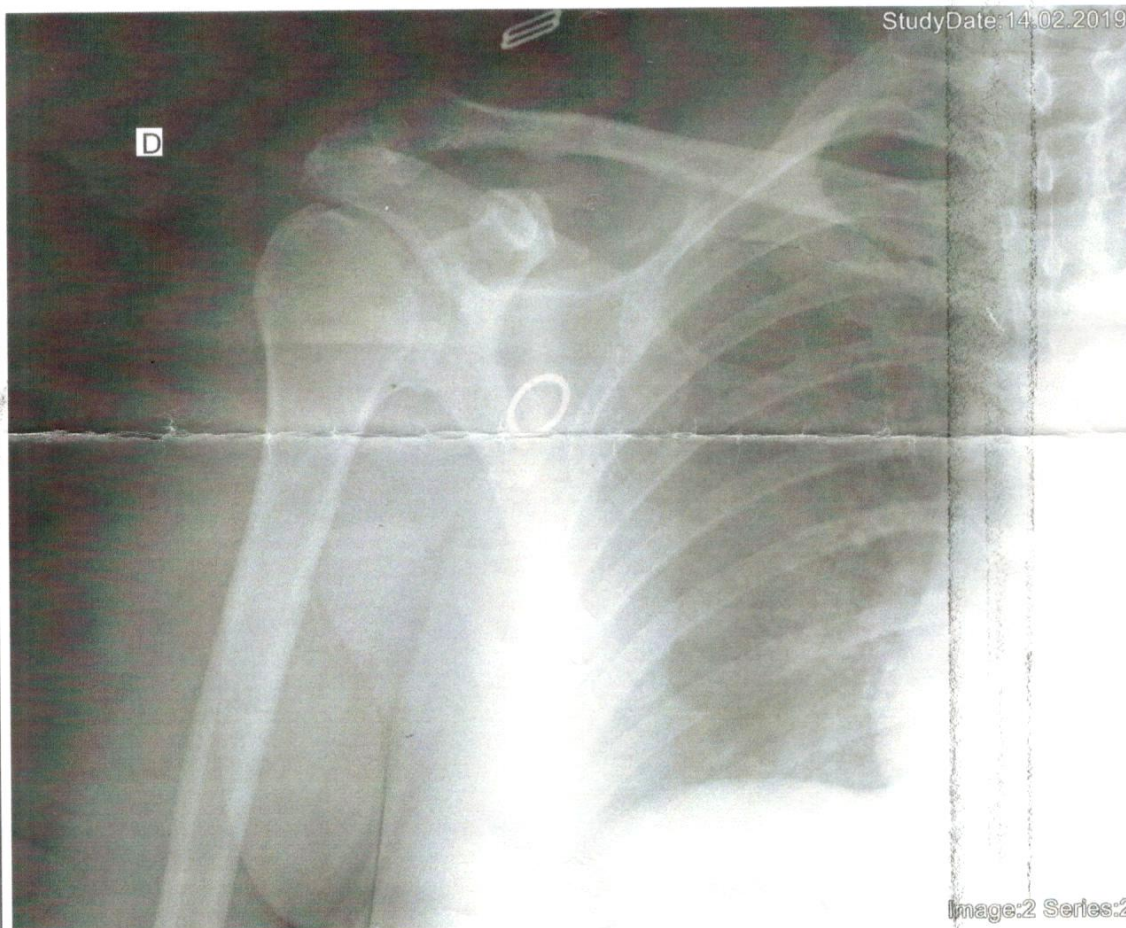
Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 08/10/2019 14:13:50

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100814134931900000024299819>

Número do documento: 19100814134931900000024299819

PatientID: 000000067493
PatientName: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Sex: Feminino
BirthDate: 21.06.1980
Age: 38a.



HTOP



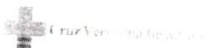
PatientID: 000000067493
PatientName: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Sex: Feminino
BirthDate: 21.06.1980
Age: 38a.



HTOP





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

Recetário de Controle Especial

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena - Av.

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

700505195958556

190

1138741

Rua CIDADE DE MARIZÓPOLIS, SN, JOAO PESSOA-PB-58083566

FÓXIS 200 MG -----10 CP

TOMAR DE 12/12 HORAS POR 5 DIAS

PACO COMPR -----24 CP

TOMAR DE 8/8 HORAS

27/01/2019

Dr. Carlos Alberto M. Vieira
Ortopedia / Traumatologia
CRM PB 6902 CRM PE 22641
TEOT 13941

Dr. CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA
6902/PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	21/06/80
NOME DA MÃE	FATIMA DA SILVA CAVALCANTE

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.138.741
DATA DO ATENDIMENTO	26/01/19
HORA DO ATENDIMENTO	22:44
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO ESQUERDO
CID 10	S52.5

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, consciente, orientada, Glasgow 15, com dor em pé direito, em joelho direito, dor em ombro direito e dor em punho esquerdo. Fratura de extremidade distal de rádio esquerdo, sem desvio.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de ombro direito
RX de punho esquerdo
RX de joelho direito.
TC de crânio
TC de coluna cervical
Ultrassonografia FAST

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de rádio distal esquerdo, sem desvio.

TRATAMENTO:

Imobilização com tala axilopalmar.

ALTA HOSPITALAR:	27/01/19
DATA DA EMISSÃO:	01/03/19

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190413943

Vítima: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Data do Acidente: 26/01/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00197/00198 - carta_04 - INVALIDEZ

00060099



Carta nº 14559740





Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1138741



Identificação do paciente			
ID 1301917	Nome JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	Sexo Feminino	
Data de nascimento 21/06/1980	Idade 38 anos 7 meses 5 dias	Estado civil	Religião
Mãe FATIMA DA SILVA CAVALCANTE	Pai JOSE FRANCISCO CAVALCANTE		
Escolaridade	Responsável (Parentesco) ANEKELLY DA SILVA MARTINS - SOBRINHO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987706114	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3106789	Nº Cns 700505198858556	
Local de procedência BAIRO DAS INDUSTRIAS		Tipo BAIRO	UF PB
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBOR	
Endereço			
CEP 58083566	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro CIDADE DE MARIZÓPOLIS
Número SN	Complemento	Bairro INDÚSTRIAS	
Admissão			
Data e Hora 26/01/2019 22:44:52	Número da pulseira 1000006930522	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA 140	x 87	mmHg	Pulso 87
Temperatura			
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
Liquor []		ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos			
Paciente consciente, orientada, queixa de dor em abd, avaliada pela geral solicitou exame de imagem para avaliação, segue aos cuidados da equipe.			
Diagnóstico			CID
Atendido por YSLA MANUELLA SOARES VIRGINIO DA SILVA			Tempo 36seg

Imprimir

26/01/2019 22:4



SA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: Av. CHESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165706

CNES: 2778696

Pai	JOE FRANCISCA DA SILVA	RAI	1138/41	Data/Hora Entrada	26/01/2019 22:44:52	Data Baixa	
Da	nascimento	Idade	38a /m 6d	Sexo	Feminino	Telefone de Contato	(83) 987706114
21	01/0					Profissão	
Mã							
FA	DA SILVA						
Endereço	CIDADE DE MARIZOPOLIS, SP	Indústria	INDÚSTRIAS	Profissional	JOAO PESSOA	Nº Cons Regional	6902/PB
Acidente	QUEDA / OUTROS	Motivo	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional	CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA		
Data/Hora Classificação	26/01/2019 22:44:52			Data/Hora Presença	27/01/2019 11:15:41		
A	anese						
PA	ANTE ÚLTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, DO LADO DA PE DIREITO JOELHO DIREITO, OMBRO DIREITO						
E	SHO / OMBRO						
CD	SOLICITAÇÃO DE EXAMES - EVIDENCIANDO FRATURA DE TUBULO DO RADIO DEXTRO SEM DESVIO						
CD	TALA AXILO PALMAR, TIPOIA MJ, TALA JOELHO E ALTA DA ORTOPEdia COM MEDICAÇÕES E						
CI	INDICAÇÕES						
I	INDICAMENTOS						
TA	AXILO PALMAR (OBSERVAÇÕES: FRATURA RADIO DEXTRO ESQUERDO)						
TE	(OBSERVAÇÕES: FRATURA RADIO DEXTRO ESQUERDO)						
JOELHOIRA TALA							
CID10							
C	go						
S5	Fratura da extremidade distal do radio						
C	data						
E	bservação						

ASSINADO FRANCISCA DA SILVA

Dr. Carlos Alberto Marques Vieira
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6902/PBCARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA
(CRM. 6902/PB)

Relatório registrado por: YSLA MANUELLA ROASSE VINCENSO DA SILVA em 26/01/2019 22:45:26

REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Nome JOSE RIBE FRANCISCA DA SILVA		
Data de 21/08/2019	Nº Boleim Bole gende 1135741	Prontuario
Material a examinar		
Data Prescrição: 27/07/2019 10:17:16		

EXAME DE IMAGEM

RX - LOGRAPHIA DE ESCAPULA (OMERO DIREITOITRES FOS COES)
RX - LOGRAPHIA DE PUNHO ESQUERDO (AP - LATERAL + OBLIQUA)
RX - LOGRAPHIA DE JOELHO DIREITO (AP - LATERAL)

RAIOS-X

TIPO ... *21/08/19*

DATA ... *21/08/19*

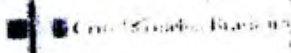
HORA ...

NOME TEC. RAD.: *NI*

ASS.: *NI*

O COMISSARIO DE
DEPARTAMENTO DE
COMISSARIO DEPARTAMENTO
DEPARTAMENTO DE

Assinatura e Carimbo do Profissional



Departamento de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde



GOVERNO
DA PARAÍBA

SALA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: (21) 65700

CNI S: 2778600

Paciente	JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	CAL	1138741	Data de Entrada	26/01/2019 22:44:52	Data de Saída	
Data de Nascimento	21/06/1980	Idade	38a 7m 6d	Sexo	Feminino	CNS	700505195958556
Nome	FATIMA DA SILVA CAVALCANTE	Nome	INDUSTRIAS	Município	JOAO PESSOA	Telefone de Contato	(83) 987706114
Endereço	EDUARDINO DE MENEZES, 34	Endereço	INDUSTRIAS	Município	JOAO PESSOA	Procedente	
Qualificação	QUEIJA ORENTADOR	Qualificação	ACIDENTE EM MOTOCICLETA	Profissional	CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA	UF	PB
Data de Entrada	26/01/2019 22:44:52	Data de Saída	26/01/2019 16:12:18			CPF Contato	6902099

Anamnese

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO. RELATA DOR PÉ DIREITO, JOELHO DIREITO, OMBRO DIREITO E PUNHO ESQUERDO.

CD: SOLICITO RADIOGRAFIAS

E: AME DE MANEIRA

RADIOGRAFIA DE CÂPSULA/OMERO DIREITO (TRES POSICOES)

RADIOGRAFIA DE PUNHO ESQUERDO (AP + LATERAL + OBLIQUA)

RADIOGRAFIA DE JOELHO DIREITO (AP + LATERAL)

Conduta

Em observação

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

CARLOS ALBERTO MARQUES VIEIRA
(CRM: 6902/PB)

Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 08/10/2019 14:13:53

ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

FONES: 6121221

Paciente	BAE	Data/Hora Entrada	Data Baixa
JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	1138741	26/01/2019 22:44:52	
Data de nascimento	Idade	Sexo	Telefone de Contato
11/06/1980	38a 7m 6d	Feminino	(83) 987706114
			Prontuário
Alm			
ATIMA DA SILVA CAVALCANTE			
Endereço	Bairro	Município	UF
CIDADE DE MARIZÓPOLIS, SN	INDÚSTRIAS	JOAO PESSOA	PB
Acidente	Motivo	Profissional	Nº Cons. Regional
QUEDA / OUTROS	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	DANIEL ESPINDOLA RONCONI	7423/PB
Data/Hora Classificação		Data/Hora Prescrição	
26/01/2019 22:44:52		27/01/2019 08:21:55	

Anamnese

#NCR

PACIENTE EVOLUI COM BOM ESTADO GERAL. MELHORA DO SENSORIO

AO EXAME

GLASGOW 15

SEM DEFICITS MOTORES

TC CRANIO. AUSENCIA DE ALTERAÇÕES

CD.

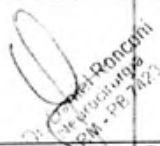
ALTA DA NCR →

A CARGO DA ORTOPEDIA E CIRURGIA GERAL → A/B

Conduta

Em observação

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA



DANIEL ESPINDOLA RONCONI
(CRM: 7423/PB)

registrado por: YSLA MANUELLA SOARES VIRGINIO DA SILVA em 26/01/2019 22:45:28



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 08/10/2019 14:13:53

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100814135147800000024300148

Número do documento: 19100814135147800000024300148

SALA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente	RAE	Data/hora Entrada	Data saída
JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	1138743	26/01/2019 22:44:52	
Data de nascimento	Idade	Sexo	Telefone de Contato
21/08/1980	38a /m 50	Feminino	(83) 987706144
Mae			Prontuario
FATIMA DA SILVA CAVALCANTE			
Endereço	Bairro	Município	UF
CIDADE DE MARIZÓPOLIS, SN	INDÚSTRIAS	JOAO PESSOA	PB
Acidente	Motivo	Profissão	R# Cons. Resposta
QUEDA / QUINTOS	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	FERNANDO ROBERTO GONDIM CABRAL DE VASCONCELOS	8267/PB
Data/hora Classificação		Data/hora Prescrição	
26/01/2019 22:44:52		27/01/2019 01:36:53	
ANAMNESE:			
## Neurológico			
Avalio paciente com história de queda de moto, após libação alcoólica, sem sinais de alarme.			
Negar dor cervical			
Ao exame ECG 15, PIER, sem déficit focal.			
10. Crânio sem alterações neurocirúrgicas de urgência.			
11. Coluna cervical sem alterações neurocirúrgicas de urgência			
Cd:			
Observação. Aita quando ECG 15 (libação alcoólica).			
Conduta			
Em observação			

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

FERNANDO ROBERTO GONDIM CABRAL DE VASCONCELOS
(CRM: 8267/PB)

Receita registrada por YSIA MANUELLA SOARES VERCINEO DA SILVA em 26/01/2019 22:45:28



CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/n, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32105700

CNPES: 445305

Paciente:		RAE	Data Hora Entrada	Data Baixa
JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA		1138741	26/01/2019 22:44:32	
Data de Nascimento	Idade	Sexo	CNS	Telefone de Contato
21/06/1968	50a 7m 6d	Feminino	70950519680556	(83) 987706114
Mãe		Procurador		
FATIMA DA SILVA CAVALCANTE				
Endereço	Bairro	Município	UF	
CIDADE DE MARACÓPOLIS, SN	INDÚSTRIAS	JOAO PESSOA	PB	
Aviação	Relatório	Exame	Nº Cópia - Original	
QUEBRA-QUEBRA	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	BRUNO DA SILVA MESQUITA	51264PB	
Data Hora Consultório	Data Hora Prescrição			
26/01/2019 22:44:32	27/01/2019 01:14:35			
ANAMNESE				
PACIENTE EM ELIMINAÇÃO DE ACIDENTE MOTOCICLISTA QUENTE NO MOMENTO EM FGB, LOTE EUPNEICA, NORMOCORADA, EXAME FÍSICO, ACUIDADE VISUAL MANTIDA, EDEMA + EQUIMOSE PERIORBITAL (D), ESCORIAÇÕES NA FACE SEM SANGRAMENTOS ATIVOS, SEM SINAIS CLÍNICOS E TOMOGRÁFICOS DE FRATURAS DE FACE.				
O.D.				
1. ORIENTAÇÕES				
ALTA DA SMF				
CID 10				
Co. lig. 1 - Descrição				
S00.9 - Ferimento superficial da cabeça, parte não especificada				
Conduta				
Em observação				

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Bruno da Silva Mesquita
Cirurgia Bucomaxilofacial
BRUNO DA SILVA MESQUITA
(CRM: 51264-PB)



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE



GOVERNO
DA PARAÍBA

AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

Paciente	Nome	Data/Hora Entrada	Data Baixa
JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	1138741	26/01/2019 22:44:52	
Data de Nascimento	Idade	Sexo	Telefone de Contato
21/06/1930	88 Anos	Feminino	(83) 987706114
Mãe			Profissão
FATIMA DA SILVA CAVALCANTE			
Endereço	Bairro	Município	UF
CIDADE DE MARIZOPOLIS, SN	INDÚSTRIAS	JOAO PESSOA	PB
Arquivo	Motivo	Profissional	Nº Cons. Regional
QUEDA / OUTROS	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	BRUNO JOSE BARBOSA GONCALVES	10510/PB
Data/Hora Classificação	Data/Hora Prescrição		
26/01/2019 22:44:52	26/01/2019 23:20:18		

Anamnese

TRAZIDO PELA SAMU VITIMA DE QUEDA DE MOTO SIC. ALEGA CERVICALGIA. NÃO FAZIA USO DE CAPACETE.
MEGA VÔMITO E SÍNCOPE.
VIAS AÉREAS PERVIAS, ALEGA CERVICALGIA
NORMOPNEICA, SATURANDO BEM EM AR AMBIENTE
HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL. SEM PRESENÇA DE SANGRAMENTO APARENTE, NORMOORESSORICA
GIÁSCOW PREJUDICADO. CONSCIENTE, DESORIENTADA, SONOLENTA, PUPILAS ISOCÓRICAS E
NORMOREATIVAS
PRESENÇA DE ESCORIAÇÕES LEVES EM FACE

CD:

ANALGESIA
RX DE TORAX AP
TC DE CRÂNIO E CERVICAL
LAB
RX DE PE DIREITO

DIETA

DIETA ZERO VIA VENTILADA

MEDICAÇÃO

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H, (OBSERVAÇÕES: DILUIDO PARA 100 ML DE SF)

TRAMADOL 50MG /ML INJETÁVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H, (OBSERVAÇÕES: DILUIDO PARA 100 ML DE SF)

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL S/ CONTRASTE

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE DIREITO

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA), (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP)

ULTRASSONOGRAFIA - FAST

CID10

Código	Descrição
T14.9	Transtorno não especificado

Conduta

Em observação

Continuado por YSLAMANDITA STARES VIRGINO DA SILVA em 26/01/2019 22:45:28

BRUNO J. B. GONÇALVES
MÉDICO
CRM - PB 10510



JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

BRUNO JOSE BARBOSA GONCALVES
(CRM: 10510/PB)





Parecer Médico

Nome JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	Idade 38A 7M 6D	Prontuário
Boletim de Atendimento 1138741	Data de Entrada 26/03/2019 22:44:52	Data Internação
Convênio SUS	Leito	Permanência na Unidade 35min
	Clinica CIRURGIA GERAL	Permanência no Leito
- Parecer médico -		
Especialidade NEURO CIRURGIA	Profissional	
Motivo da solicitação VIDE ANAMNESE		
Parecer		

Brano J. B. Gonçalves
MÉDICO
CRM - PB 10510





Parecer Médico

Nome	Idade	Prontuario
JOSÉNEIDE FRANCISCA DA SILVA	38A 7M 6D	
Boletim de Atendimento	Data de Entrada	Data Internação
1138741	26/01/2019 22:44:52	
Convênio	Leito	Clínica
SUS		CIRURGIA GERAL
Parecer medico	Profissional	
Especialidade		
ODONTOLOGIA		
Motivo da solicitação		
VIDE ANAMNESE		
Parecer		

Bruno J. B. Gonçalves
MÉDICO
CRM - PB 10510



HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

Data: 26/01/19 23:20
 Usuário: BRUNO JOSE
 Boleim: 1138741

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA	Data de Nascimento	21/05/1960	Idade	38a 7m 8d	Sexo	FEMININO	Nº	1138741	Nº Prontuário		Data Prescrição	26/01/2019 23:20 1a
Endereço	Endereço												
Convenio	SUS	Matrícula											
Validade da Prescrição	26/01/2019 23:20:00 - 27/01/2019 23:20:00												
Senha													
Data de entrada	26/01/2019 22:44:52	Data de internação											
Parâmetros na	35mm	Parâmetros no											

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. inf.	Pós	Apresentação
DIETA ZERO	10.0			DIETETICA			
CETOPROFENO 100 MG	100.0	mg	Observação DILUIDO PARA 100 ML DE SF	EV		12h/24h	
TRAMADOL 50MG ML DIETAVEL (AMPOLA 2ML)	2.0	mg	Observação DILUIDO PARA 100 ML DE SF	EV		8h	

Assinado por:
 Bruno J. B. Gonçalves
 MÉDICO
 CRM - PB 10510

BRUNO JOSE BARBOSA GONCALVES
 CRM - PB 10510

Assinatura e Carimbo do Profissional





REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Nome JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA		
Data de 21/06/1980	Nº Boletim Emergência 1135741	Prontuário
Material a examinar		
		Data Prescrição: 26/01/2019 23:20:18
EXAME DE IMAGEM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL S/ CONTRASTE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO RADIOLOGIA DE MEMBROS DO PE DIREITO RADIOLOGIA DE TÓRAX (PA) TAP ULTRASSONOGRAFIA - FIST		

ULTRASSONOGRAFIA	
TIPO ...	FIST
DATA ...	26/01/19
HORA ...	23:43
NOME TÉCN. RAD.	LB
ASS:	

Dr. J. B. Gonçalves
MÉDICO
CRM - PB 10510

Reimpresso por
dia

TOMOGRAFIA	
TIPO ...	VC
DATA ...	26/01/19
HORA ...	23:59
NOME TÉCN. RAD.	LB
ASS:	

RAIOS-X	
TIPO ...	371 01 19
DATA ...	01/10
HORA ...	01:40
NOME TÉCN. RAD.	LB
ASS:	

Assinatura e Carimbo do Profissional



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 08/10/2019 14:13:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100814135147800000024300148>

Número do documento: 19100814135147800000024300148



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**

Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201931864555

Data Nasc: 21/06/1980 - 38 anos

Paciente: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Data Exame: 26/01/2019

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

Aquisição volumétrica com reconstrução multiplanar, sem a injeção de contraste iodado endovenoso.

Análise:

Parênquima cerebral com morfologia e coeficientes de atenuação normais.

Tronco cerebral e cerebelo de aspecto conservado.

Não há calcificações patológicas.

Sistema ventricular com morfologia e dimensões normais.

Ausência de sinais de coleções ou processos expansivos intra ou extra-axiais.

Estruturas da linha mediana sem desvios significativos.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.

Este laudo foi liberado em 28/01/2019 00:27 .

Dra. Alessandra P. C. Mendes
CRM: 6293 - PB





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201931864555

Data Nasc: 21/06/1980 - 38 anos

Paciente: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Data Exame: 26/01/2019

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA COLUNA CERVICAL

Técnica:

Aquisição volumétrica com reconstrução multiplanar, sem a injeção de contraste iodado endovenoso.

Análise:

Osteófitos marginais anteriores e posteriores nos corpos vertebrais de C5 e C6.

Gás no platô inferior de C5.

Ossificação do ligamento longitudinal posterior no nível C6-C7.

Arcos posteriores e processos espinhosos sem alterações.

Articulações interfacetárias e uncovertebrais de aspecto habitual.

Canal vertebral de diâmetro preservado em toda a extensão estudada.

Partes moles simétricas, de morfologia e coeficientes de atenuação normais.

Ausência de traços de fratura com desalinhamento significativo.

Nota: Estudo tomográfico não direcionado para avaliação de hérnias ou protrusões discais.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.

Este laudo foi liberado em 28/01/2019 06:59.

Dra. Alessandra P. C. Mendes
CRM: 6293 - PB





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201931864555

Data Nasc: 21/06/1980 - 38 anos

Paciente: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Data Exame: 26/01/2019

ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - FAST

***** Exame realizado em caráter de urgência/ emergência.**

Não há líquido livre na cavidade abdominal.

Demais órgãos abdominais sem alterações ecográficas significativas detectáveis no presente estudo.

** A ultrassonografia é um exame subsidiário, devendo ser correlacionada com outros dados clínico-laboratoriais a critério clínico.*

Este laudo foi liberado em 26/01/2019 23:45 .

Dra. Norma C. M. F. Montenegro
CRM: 9697- PB



SEGUE PETIÇÃO DE JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA REGIONAL
DE MANGABEIRA/PB

Processo nº. 0809121-69.2019.8.15.2003

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por seus advogados, em atendimento à determinação judicial requerer a juntada da **GUIA DE CUSTAS PROCESSUAIS**.

Desta feita, **reitera** o pedido de que sejam concedidos ao Autor os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, propugnando pela **PROCEDÊNCIA** da ação em todo o seu teor.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 08 de outubro de 2019.

IRINA NUNES CABRAL DE PAULO


OAB/PB 12.554


ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO

OAB/PB 22.742

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinheadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.0.19.29610/01
			Data de emissão: 08/10/2019
Nº do Processo: 0809121-69.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2019
Número da guia: 200.2019.629610 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 50,63
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.012,60 Promovente: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,53 Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.298,98
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 989809283181 520191031209 001929610010 			Valor final: R\$ 1.298,98

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.0.19.29610/01
			Data de emissão: 08/10/2019
Nº do Processo: 0809121-69.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2019
Número da guia: 200.2019.629610 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 50,63
Promovente: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,53 - 1x Citação (MANGABEIRA I - VII) R\$ 82,53			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.298,98
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.298,98

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.0.19.29610/01
			Data de emissão: 08/10/2019
Nº do Processo: 0809121-69.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2019
Número da guia: 200.2019.629610 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 50,63
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.012,60 Promovente: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais com mandados: R\$ 82,53 Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.298,98
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 989809283181 520191031209 001929610010 			Valor final: R\$ 1.298,98





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0809121-69.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar* documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 14 de novembro de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA

Analista Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0809121-69.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar* documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 14 de novembro de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA

Analista Judiciário



SEGUE MANIFESTAÇÃO ANEXA



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA
DISTRITAL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA - PB.

Processo nº. 0809121-69.2019.8.15.2003

JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio dos seus advogados e procuradores devidamente constituídos, em atendimento ao despacho exarado no ID 26250660, vem à presença de V. Exa. expor e requerer o que se segue:

Conforme se depreende da qualificação aposta à peça exordial, se trata a Promovente de uma simples dona de casa, que não possui vínculo de emprego, nem tampouco renda declarada, como prova bastante faz documento anexo.

Diante de tal realidade, se torna crível que nestas condições não disponha a Promovente de outros meios documentais para comprovar a sua situação financeira, senão através da declaração de hipossuficiência firmada e carreada aos autos, onde o mesmo se declara “pobre na forma da Lei”, assumindo o ônus de sofrer as penalidades jurídicas por eventual falsidade em sua afirmação.

Ora, é de conhecimento geral que o Estado da Paraíba possui as mais elevadas custas processuais, o que faz total discrepância com o poder aquisitivo da maioria da sua população, não sendo diferente com o que ocorre com a Demandante, uma vez que, caso seja obrigado a arcar com a vultosa quantia de **R\$ 1.298,98 (mil duzentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos)** como condição para ingressar com a presente ação, tal fato poderá comprometer significativamente a sua própria subsistência e a dos que dele dependem (Guia de custas processuais anexas).

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Como se sabe, a lei exige para que a parte obtenha os benefícios da assistência judiciária gratuita, tão somente a sua simples afirmação na petição inicial de que não está em condições de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou da sua família.

Isto é, a declaração de insuficiência econômica é presumida verdadeira podendo ser feita por simples afirmação do declarante ou do seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim, nos termos do artigo 99 §3º do CPC.

Neste viés, a própria Constituição Federal, não impõe ao necessitado o ônus de provar sua incapacidade financeira, sob pena de inevitável restrição do acesso à justiça, consagrado como direito fundamental (CF/88, art. 5º, XXXV).

Desse modo, a simples declaração de insuficiência de recursos feita pela pessoa natural é eficaz para incidir a presunção legal ou judicial.

Ademais, importante destacar, o juiz somente pode indeferir o pedido de concessão do benefício da justiça gratuita se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade.

Dito isto, **reitera** o pedido de que sejam concedidos ao Autor os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, propugnando pela **PROCEDÊNCIA** da ação em todo o seu teor.

Nestes termos,
Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 17 de dezembro de 2019.

IRINA NUNES CABRAL DE PAULO
OAB/PB 12.554

ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO
OAB/PB 22.742

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com





INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

Página 1 de 1

19/11/2019 09:58:56

Identificação do Filiado

NIT: 267.35287.79-5

CPF: 059.225.564-60

Nome: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

Data de nascimento: 21/06/1980

Nome da mãe: FATIMA DA SILVA CAVALCANTE

Não foram encontradas Relações Previdenciárias para este cidadão.



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 1911190CILW794

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 17/12/2019 13:24:30
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121713242898500000026187544>
Número do documento: 19121713242898500000026187544

Num. 27130416 - Pág. 1



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

D E C I S ã O

PROCESSO Nº 0809121-69.2019.8.15.2003

AUTOR: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

Vistos, etc;

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **19 de março de 2020, às 15:50h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.



A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia 19/03/2020 às 15h50min, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS (PROVIMENTO C.G.J Nº 49/19).



CUMPRA COM URGÊNCIA

João Pessoa, 21 de janeiro de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

D E C I S Ã O

PROCESSO Nº 0809121-69.2019.8.15.2003

AUTOR: JOSENEIDE FRANCISCA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

Vistos, etc;

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **19 de março de 2020, às 15:50h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.



A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia 19/03/2020 às 15h50min, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS (PROVIMENTO C.G.J Nº 49/19).



CUMPRA COM URGÊNCIA

João Pessoa, 21 de janeiro de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito

